



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RÁDIO COM SINAL DE TRANSMISSÃO NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, PARA TRANSMISSÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA.

### PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará realizar PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, destinado ao credenciamento, sem caráter de exclusividade, de emissoras de rádio FM que tenha abrangência em toda a área urbana e rural do município de Diamantina, para transmissão das sessões ordinárias e veiculação de propaganda institucional da Câmara, tendo como objetivo dar publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1.988, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, em conformidade com os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital.

O envelope contendo a DOCUMENTAÇÃO deverá ser entregue entre os dias 26 de maio de 2021 a 26 de maio de 2022 das 12hs30 a 17hs30, na sede da Câmara Municipal de Diamantina localizada na Praça JK nº. 27 – Bairro Centro, Diamantina/MG.

O Edital e (anexos) poderá ser retirado na Câmara, de segunda a sexta-feira, no horário de 12:30minh às 17h30minh no endereço acima indicado ou pelo endereço eletrônico <http://www..camaradiamantina.cam.mg.gov.br>. É necessário que ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, exclusivamente pelo e-mail: [licitação@camaradiamantina.cam.mg.gov.br](mailto:licitação@camaradiamantina.cam.mg.gov.br), a retirada do mesmo, através do preenchimento do modelo constante do Anexo III, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.

Não será fornecido Edital via email ou Correio.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente CREDENCIAMENTO tem por objeto o credenciamento de emissoras de rádio FM que tenha abrangência em toda a área urbana e rural do município de Diamantina, para transmissão das sessões ordinárias e veiculação de propaganda institucional da Câmara, tendo como objetivo dar publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social, em conformidade com os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital.

1.2. As sessões, que se realizam nas segundas-feiras dos meses (exceto Janeiro e Julho quando ocorre o recesso parlamentar) deverão ser transmitidas na íntegra a partir das 16:00 horas e a publicidade institucional, no total de até 120 spots mensais de 15 a 30 segundos cada, deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia e informações elaboradas pelo Município.

1.3. Constará no planejamento referido no item 1.2 deste Edital o número de inserções, dias das veiculações, bem como o formato da publicidade institucional, com base na tabela de preços, constantes do



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

anexo deste edital e grades de programação, de comum acordo com as emissoras especificados após o credenciamento.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Câmara Municipal.

2.2. As emissoras prestadoras de serviços de rádio FM deverão possuir sinal de transmissão, com abrangência de sinal de no mínimo 80% e audiência no Município de Diamantina/MG.

2.3. As transmissões das sessões e inserções da publicidade institucional serão distribuídas em número igualitário entre as emissoras de rádio, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Câmara Municipal, em conjunto com as emissoras.

2.3.1. O conteúdo das peças institucionais a serem veiculadas será fornecido pela Câmara Municipal de Diamantina/MG deverão ser veiculadas de acordo com o planejamento de mídia e informações pactuadas.

2.3.2. A veiculação deverá ocorrer nas emissoras FM no horário compreendido entre 6h às 22h, de segunda-feira a domingo.

## 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, CREDENCIAMENTO E ESCLARECIMENTOS

### 3.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1.1. Poderão se credenciar todas as pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços objeto da presente licitação, que atenderem às exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.1.2. A contratação para a prestação de serviços, oriunda do presente credenciamento, dar-se-á em igualdade de condições, buscando sempre o maior número de emissoras interessadas que atendam as exigências deste Edital e que possam corresponder às expectativas da Câmara Municipal de Diamantina.

3.1.3. As sessões ordinárias, que ocorrem nas segundas-feiras do mês (exceto Janeiro e Julho quando ocorre o recesso parlamentar), deverão ser transmitidas na íntegra, a partir das 16:00 horas.

3.1.4. O conteúdo das propagandas institucionais a serem veiculadas serão fornecidos pela Câmara Municipal de Diamantina.

3.1.5. A publicidade institucional deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia e informações elaboradas pela Câmara Municipal de Diamantina.

3.1.6. Constará no planejamento referido no item 3.1.5 deste Edital o número de inserções, dias das veiculações, bem como o formato da publicidade institucional, com base nas grades de programação, especificados após o credenciamento, conforme demanda da Câmara Municipal de Diamantina, sendo no número máximo de 120 (cento e vinte) spots mensais de 15 a 30 segundos cada.

3.1.7. Fica permitido o credenciamento a qualquer tempo, enquanto perdurar a vigência deste Edital, iniciando-se o prazo a partir da data de sua publicação, bastando para tanto comprovar o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital, com a entrega da documentação pertinente, bem como em tempo hábil para garantir a elaboração de cronograma e grades de programação de maneira eficaz para a Edilidade.

3.1.8. O prazo de vigência deste edital é até 26/05/2022, podendo ser cancelado quando atingir o valor estimado.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

3.1.9. Em situações devidamente justificadas e de acordo com a melhor consecução do interesse público, a Câmara Municipal de Diamantina poderá suspender o credenciamento de novos interessados.

3.1.10. Estão impedidas de se credenciar as pessoas jurídicas:

- a) Declaradas inidôneas nos termos da Lei;
- b) Que tenham falência ou concordata decretada;
- c) Impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- d) Empresas que tenham sido sujeitos de aplicação da penalidade de suspensão temporária de contratar com o Município de Diamantina, pelo prazo da suspensão.
- e) Rádios Comunitárias<sup>1</sup>.

## 3.2. ESCLARECIMENTOS

3.2.1 A intimação e a divulgação dos atos do presente CREDENCIAMENTO serão feitas por publicação no Diário Oficial do Município de Diamantina, podendo também a Comissão Permanente de Licitação fazê-lo por outros meios de comunicação.

3.2.2. As emissoras de rádio devem examinar todas as disposições deste EDITAL e seus CAPÍTULOS, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.

3.2.3. A Comissão Permanente de Licitações pode, a seu critério, em qualquer fase do PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do CHAMAMENTO PÚBLICO.

3.2.4. Poderão participar deste CREDENCIAMENTO as EMISSORAS DE RÁDIO que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.

3.2.5. As EMISSORAS DE RÁDIO que necessitarem de informações e esclarecimentos complementares relativamente ao presente EDITAL deverão fazê-los por escrito, no máximo até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de análise da documentação e propostas, mediante requerimento, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, na Praça JK – nº. 27 – Diamantina, MG. O pedido também poderá ser endereçado para o e-mail [licitação@camaradiamantina.cam.mg.gov.br](mailto:licitação@camaradiamantina.cam.mg.gov.br).

3.2.6. Nos pedidos encaminhados, os interessados deverão identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.7. As respostas a todos os pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no site da Câmara Municipal de Diamantina.

3.2.8. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos sobre o Chamamento Público pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito do processo de CREDENCIAMENTO, não restando direito às EMISSORAS DE RÁDIO para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação no Chamamento Público implica a

<sup>1</sup> Conforme decisão proferida pelo TCE-MG na Consulta nº 805.981: CONSULTA - CÂMARA MUNICIPAL - CONTRATAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA - VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SERVIÇOS REMUNERADOS - IMPOSSIBILIDADE - DIRETRIZES DOS ART. 1º E 18 DA LEI 9.612/98 - ATUAÇÃO RESTRITA DE RÁDIO COMUNITÁRIA - BENEFÍCIO NA FORMA DE APOIO CULTURAL - PRECEDENTES. 1) É ilegal a contratação de rádio comunitária para divulgação de propaganda institucional da Administração Pública. 2) Precedentes: Consulta n. 651757 (05/12/01), de Relatoria do Conselheiro Moura e Castro; Decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no Processo 1.0193.05.013186-4/001, da 8ª Câmara Cível, de Relatoria do Desembargador Edgar Penna Amorim, Diário do Judiciário de 13/04/2007.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

3.2.9. A impugnação do EDITAL por qualquer das EMISSORAS DE RÁDIO deverá ser feita até o segundo dia útil que anteceder à sessão pública de análise da documentação, mediante requerimento, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, na Praça JK– nº 27– Diamantina, MG. O pedido também poderá ser endereçado para o e-mail [licitação@camaradiamantina.cam.mg.gov.br](mailto:licitação@camaradiamantina.cam.mg.gov.br).

3.2.10. Decairá do direito de impugnar os termos do presente EDITAL perante a CONTRATANTE qualquer das EMISSORAS DE RÁDIO que não o fizer no prazo estabelecido no item anterior.

3.2.11. A EMISSORA DE RÁDIO participante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sob pena de sujeição às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

3.2.12. Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes terão sempre a forma escrita, e estarão a qualquer tempo disponível no processo.

3.2.13. O presente PROCESSO DE CREDENCIAMENTO será processado e julgado pela Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 29 de 25 de fevereiro de 2021, obedecidas às regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

### 3.3. DO CREDENCIAMENTO

O pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, na sede da Câmara Municipal de Diamantina situada à Praça JK, nº 27 Bairro Centro – Diamantina, MG das 12:30minh às 17h30minh, na forma especificada no item 4.3.

3.3.1. O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da proponente, devidamente digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação, solicitados no item 4.3 deste Edital, e, ainda:

- a) Dados da proponente: razão social, (e de fantasia, se houver), CNPJ, endereço, fone, celular e e-mail;
- b) Declaração de que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução do serviço;

3.3.2. O pedido de credenciamento e os documentos de pré-qualificação apresentados pelas empresas interessadas de modo incompleto, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados inaptos e devolvidos às interessadas caso não seja possível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência deste Edital, depois de corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Comissão Permanente de Licitação.

3.3.3. Nenhum envelope será recebido após o horário e dias marcados para credenciamento.

3.3.4. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza pelos envelopes enviados pelo correio.

3.3.5. O Edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado por razões de ilegalidade, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 4. PROCEDIMENTOS GERAIS DO CREDENCIAMENTO PÚBLICO

#### 4.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

4.1.1 OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no presente CHAMAMENTO PÚBLICO deverão ser apresentados em envelope fechado, indevassável e identificado.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

4.1.2 Não serão aceitas, posteriormente à entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas, ou, ainda, de correções de caráter formal no curso do procedimento.

4.1.3 Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, bem como, também não serão aceitos documentos em idioma estrangeiro.

## 4.2. CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMISSORA DE RÁDIO

4.2.1. O representante credenciado da EMISSORA DE RÁDIO deverá apresentar perante a Comissão Permanente de Licitação, juntamente com seus documentos habilitatórios, carta de credenciamento, carteira de identidade ou outro documento equivalente, além da comprovação de sua representação, através de:

4.1.1.1. Instrumento de mandato que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este CHAMAMENTO PÚBLICO, tais como formular questionamentos, interposição e desistência de recurso, análise de documentos, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes da outorgante.

a) Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.

b) Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente o presente CHAMAMENTO PÚBLICO ou que se refiram a outros procedimentos, processos de CREDENCIAMENTO, licitações ou tarefas.

4.1.1.2. Contrato social, estatuto social ou documento equivalente, nos casos de representante legal da EMISSORA DE RÁDIO.

4.1.2. Os documentos de representação das EMISSORAS DE RÁDIO serão retidos pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES e juntados ao processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

4.1.3. Será admitido no máximo 01 (um) representante credenciado por EMISSORA DE RÁDIO.

4.1.4. A qualquer momento durante o processo de CREDENCIAMENTO, o interessado poderá substituir o seu representante credenciado desde que observados os procedimentos contidos no item.

4.1.5. A EMISSORA DE RÁDIO sem representante não poderá consignar suas observações, rubricar documentos, nem praticar os demais atos pertinentes ao chamamento público.

4.1.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma EMISSORA DE RÁDIO neste CHAMAMENTO PÚBLICO, sob pena de exclusão sumária de todas as EMISSORAS DE RÁDIO por ela representadas.

## 4.3 . ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**NOME DA EMPRESA:**  
**ENVELOPE Nº 01**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA**  
**CREDENCIAMENTO: Nº 01/2021**  
**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

4.3.1. O ENVELOPE 01, dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverá conter os documentos comprobatórios da capacidade jurídica, idoneidade financeira, regularidade fiscal e previdenciária, da



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

EMISSORA DE RÁDIO, especificados neste item.

## 4.3.1.1 REGULARIDADE JURÍDICA:

4.3.1.1.1. No caso de sociedades comerciais/empresárias:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as alterações vigentes, devidamente registrados, acompanhado de todas as alterações, se houver.

4.3.1.1.2. No caso de sociedade por ações:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações, se houver; bem como documentos de eleição de seus administradores.

No caso de sociedades civis:

a) Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.1.6.1.1. No caso de sociedades simples:

a) Ato constitutivo ou contrato social acompanhado da comprovação da diretoria em exercício e certidão expedida por órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo.

4.1.6.1.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

a) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 4.3.1.2 – REGULARIDADE FISCAL:

4.3.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ).

4.3.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e alvará de localização.

4.3.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, conforme segue:

4.3.1.2.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

4.3.1.2.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação da certidão (ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Secretaria do Estado da Fazenda do domicílio ou sede da licitante;

4.3.1.2.3.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão (ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), relativa(s) aos tributos mobiliários, expedida(s) pela Secretaria Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.3.1.2.4 Prova de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

4.3.1.2.5 Prova de regularidade relativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento à Lei n.º 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST n.º 1.470/2011, emitida por meio eletrônico pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

4.3.1.2.5.1 A prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas será atualizada pela Comissão de Licitações no momento de apresentação dos documentos de habilitação.

4.3.1.2.6 Declaração (de acordo com o ANEXO VI) subscrita pelo representante legal da requerente de que atende ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, para fins de pré-qualificação ao credenciamento.

## 4.3.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.3.1.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da interessada, com data de emissão não superior a **180 (cento e oitenta) dias**, quando não constar expressamente do corpo da certidão, o prazo de validade da mesma.

4.3.1.4. Será considerada como válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se indicada legislação específica para o respectivo documento, disposta de forma diversa.

4.3.1.5. Caso alguma certidão forense apresentada seja positiva, ela deve ser acompanhada de certidão de objeto e pé, que comprove o objeto da ação proposta e o seu estágio atual.

4.3.1.6. Os documentos de habilitação serão examinados pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, nos seguintes termos:

a) Não serão habilitadas as EMISSORAS DE RÁDIO que deixarem de apresentar os documentos indicados no item 4.3. “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01”, ou que o fizerem de maneira incompleta ou incorreta.

b) A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá executar a conferência dos dados que entender necessários, mediante consulta por meio eletrônico, da condição de inscrição da EMISSORA DE RÁDIO no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e da sua situação cadastral na Receita Federal, conforme Instrução Normativa SRF nº 200, de 13/9/02; fiscal da EMISSORA DE RÁDIO, na Secretaria da Receita Federal, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 93, de 23/11/01, e da Certidão Negativa de Inscrições na Dívida Ativa da União, na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Portaria PGFN nº 414, de 15/7/98. Da mesma forma, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES confirmará a autenticidade do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, mediante consulta ao site da Caixa Econômica Federal – CEF, assim como da certidão de débito com a Fazenda municipal, quando se tratar de certidão emitida do Município de Diamantina.

c) É facultado à COMISSÃO, em qualquer fase do certame, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a posterior inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente do envelope.

## 5. DO JUGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas que atenderem a todos os requisitos previstos neste Edital de Credenciamento serão



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

julgadas habilitadas na pré-qualificação e, portanto, credenciadas pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Diamantina, encontrando-se aptas a serem convocadas para prestar os serviços aos quais se credenciaram.

5.2. O resultado da pré-qualificação será publicado no órgão de imprensa oficial do **Município de Diamantina** e divulgado no sítio eletrônico da Câmara Municipal na Internet, no endereço [www.cmdiamantina.mg.gov.br](http://www.cmdiamantina.mg.gov.br), em **prazo máximo não superior a 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do protocolo do pedido de credenciamento deste Edital.

5.3. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação da Câmara em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou o Legislativo poderá renunciar ao credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital, cujo deferimento, caso seja solicitado pela credenciada, deverá ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

5.3.1. A apresentação do pedido de descredenciamento não desincumbe a credenciada do cumprimento de obrigações firmadas em contrato e que já estejam em execução.

## 6. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1. Após a declaração das emissoras credenciadas, será facultada aos PARTICIPANTES, nos termos da legislação vigente, a interposição de recurso administrativo perante o Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6.2. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento do recurso, ou fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, para deferimento ou indeferimento, dentro do prazo citado.

6.3. A interposição de recurso será comunicada aos demais PARTICIPANTES, que poderão apresentar suas contrarrazões no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da intimação do ato.

6.4. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Ser devidamente fundamentados;
- b) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
- c) Ser protocolados no mesmo local indicado no preâmbulo deste EDITAL para o recebimento dos envelopes das propostas; e
- d) Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados no ENVELOPES 01 e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

6.5. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão reconhecidos.

6.7. O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 7. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após publicação da homologação, dar-se-á início ao processo de contratação que será formalizado mediante instrumento de Contrato, com observância do disposto na Lei nº 8.666/93, demais condições previstas e neste Edital.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

7.2. A contratação da credenciada somente ocorrerá por vontade da Câmara de Diamantina, desde que a empresa esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento.

7.3. A credenciada, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, a contar da convocação, deverá comparecer à Câmara de Diamantina, cujo endereço consta no preâmbulo deste Edital, para assinatura do contrato, nos moldes da minuta que compõe o ANEXO VIII.

7.4. A recusa injustificada da credenciada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 7.3 caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.5. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa, credenciada pela Comissão Permanente de Licitação, no momento do credenciamento.

7.6. A credenciada deverá indicar e manter preposto, aceito pela Câmara de Diamantina, para representá-la na execução do contrato.

7.7. A contratação decorrente do credenciamento será publicada, em formato de extrato, no Órgão de Imprensa Oficial da Câmara Municipal de Diamantina.

## **8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

8.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da liberação na nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito bancário, em conta indicada pela Credenciada no ato da assinatura do contrato.

8.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas no Edital.

8.3. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 8.2 ou da prestação dos serviços em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica o Legislativo, autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Credenciada, das penalidades previstas neste Projeto Básico.

8.4. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

9.1. A execução da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Câmara Municipal, através de servidor, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.**

10.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em conformidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à Câmara/Comissão Permanente de Licitação, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

10.2. Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

10.3. Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

10.4. Assistir à Câmara Municipal em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

10.5. Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme estabelecido.

10.6. Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

10.7. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

10.8. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Contratante ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar à Credenciada condições para a fiel execução do objeto contratado.

11.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Credenciada.

11.3. Notificar a Credenciada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada.

11.5. Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

11.6. Efetuar o pagamento à Credenciada no prazo e condições estipuladas.

11.7. A autoridade gestora da despesa habilitará, junto à Contratada, servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela Contratada.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da Credenciada, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas neste edital.

12.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

a) 5% (cinco por cento) por 01 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;

b) 10% (dez por cento) por 02 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese da Credenciada, injustificadamente, deixar de veicular alguma das sessões ordinárias, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara, em face da menor gravidade do



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pelo Legislativo ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Credenciante, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

12.4. A inexecução total da contratação importará na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

12.5. A execução dos serviços fora das características originais também ocasionará a incidência da multa prevista, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá a não execução do serviço.

12.6. As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.7. As penalidades previstas neste edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Contratante, se entender a justificativa apresentada pela Credenciada, como relevante.

## 13. DO DESCRENCIAMENTO

13.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas neste edital, ensejará, dependendo da gravidade ou dano acarretado, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, à sua imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), sem prejuízo de aplicação das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na legislação aplicável ao caso.

## 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta das dotações orçamentárias nº 3.3.90.39.00. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica .

## 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As retificações do Edital por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações obrigarão a todos os credenciados, os quais serão comunicados por meio de entrega pessoal ou por meio de correio eletrônico.

15.2. A Câmara de Diamantina somente poderá revogar o procedimento de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.3. Os interessados, ao participarem do Credenciamento, aceitam de forma integral e irrevogável todos os termos deste Edital e seus anexos, bem como as demais instruções que o integram.

15.4. As informações adicionais, se necessárias, serão fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação, sita à Praça JK, nº. 27, Bairro Centro, Diamantina, no horário de 12:30 às 17:30, ou, ainda, pelo telefone (38) 3531-1228.

15.5. O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

15.6. Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos deste Edital, as mesmas serão sanadas com fulcro na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e, se submetidas ao Poder Judiciário, prevalecerá o Foro da Comarca de Diamantina/MG.

15.7. São de exclusiva responsabilidade das credenciadas os ônus e obrigações decorrentes das legislações tributária, previdenciária e trabalhista, inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas.

15.8. Não serão considerados motivos para descredenciamento, simples omissões ou erros materiais nos documentos apresentados, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o seu entendimento e, principalmente, o processamento do credenciamento.

15.9. Constam na Minuta do Contrato (ANEXO VIII), que é parte integrante deste Edital, as obrigações das partes, a forma de pagamento, o responsável pela fiscalização e as penalidades, dentre outros.

15.10. São anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II - DOS VALORES COBRADOS NO MERCADO;**

**ANEXO III - MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO;**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS;**

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA;**

**ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO;**

**ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO.**

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, em 11 de Maio de 2021.

**Adimeia Lúcia de Aguiar Pereira**

**Presidente da Comissão Permanente de Licitações**



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - DO OBJETO

Credenciamento de empresas, sem caráter de exclusividade, de emissoras de rádio FM que tenha abrangência em toda a área urbana e rural do município de Diamantina, para transmissão das sessões ordinárias e veiculação de propaganda institucional da Câmara, tendo como objetivo dar publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1.988, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, em conformidade com este Edital.

#### 1.1- DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.2. Credenciamento de empresas, emissoras de rádio FM que tenha abrangência em toda a área urbana e rural do município de Diamantina, para transmissão das sessões ordinárias e veiculação de propaganda institucional da Câmara, que tenham exibição em sua grade, programas informativos, locais/regionais, com programação jornalística, prioritariamente voltada para Diamantina e região.

1.1.3. As sessões, que se realizam nas segundas-feiras do meses (exceto Janeiro e Julho quando ocorre o recesso parlamentar) deverão ser transmitidas na íntegra a partir das 16:00 horas e a publicidade, no total de até 120 spots mensais de 15 a 30 segundos cada, deverá ser inserida em espaços a serem definidos pela Câmara Municipal, conforme a demanda e a disponibilidade de programação de cada emissora.

#### 2- DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Câmara Municipal.

2.2. As transmissões das sessões e inserções da publicidade institucional serão distribuídas em número igualitário entre as empresas, emissoras de rádio, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Câmara Municipal de Diamantina.

2.3. A arte da publicidade institucional será fornecida pela Câmara Municipal de Diamantina.

2.4. Constará no planejamento referido no item 3.2 deste Projeto Básico o número de inserções e dias das veiculações da publicidade institucional, especificados no contrato, após o credenciamento.

#### 3. DA JUSTIFICATIVA

Um ponto importante que leva a Câmara Municipal a trilhar pelo caminho do credenciamento de emissoras de rádio, com distribuição local e acesso a todos os munícipes é o fato de promover a ampla publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1.988, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, bem como oportunizando participação ampla das empresas interessadas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

Outro ponto importante do Credenciamento é o fato de que a Câmara Municipal proporcionará o real alcance do objetivo das transmissões e publicações, que é a eficácia do ato, porém com uma ampla disseminação. O credenciamento de empresas emissoras de rádio visa disponibilizar o meio necessário para a divulgação das atividades institucionais da Câmara de Diamantina bem como dar publicidade de suas sessões àqueles que não podem a ela comparecer, mediante a transmissão ao vivo das sessões e veiculação de publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social.

A escolha da divulgação pelo rádio levou em consideração as características peculiares destes veículos de informação, que permitirá que a peça institucional alcance de forma mais eficaz, um grande número de pessoas. Dentre estas características:

meio democrático e popular;

- facilidade de compreensão da mensagem;
- linguagem simples e direta;
- público-alvo amplo, independente de faixa-etária, sexo ou classe social;
- transmissão acessível a toda a população;
- grande penetração nos lares;
- meio dinâmico, que demonstra a ação;
- grande concentração de audiência.

A abertura de processo de contratação direta por meio de credenciamento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetiva a criação de uma sintonia de igualdade nas contratações, possibilitando a prestação de serviços de todas as empresas interessadas, atingindo, desta maneira, um maior número de pessoas, coadunando com a intenção de levar informação sobre as ações da Câmara a todos os munícipes.

Dentre as várias possibilidades analisadas pela Câmara Municipal, concluiu-se que o critério de igualdade de número de inserções, tomando-se por base o preço praticado no mercado é o mais correto, justo e igualitário. Ressaltando aqui o fato de que os valores cobrados no mercado foram previamente levantados e encontram-se fixados e estabelecidos de igual maneira a todos os interessados.

## 4- DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os envelopes contendo o pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Diamantina, no dia **26 de maio de 2021**, situada na Praça JK, n.º 27, Bairro Centro nesta cidade, CEP: 39.100-000.

4.2. O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da própria requerente, devidamente digitado sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação solicitados no item 4.3 do Edital e contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas:

- a) Dados da requerente: razão social, nome fantasia se houver, CNPJ, endereço, fone, celular e e-mail.
- b) Declaração de que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução do serviço.

4.3. Estarão credenciadas a realizar os serviços, as empresas que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos.

4.4. Será fornecido à proponente um comprovante, para fins de protocolo, de recebimento do pedido de credenciamento.

4.5. Os pedidos de credenciamento ou os documentos de pré-qualificação apresentados incompletos,



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Projeto Básico, serão considerados ineptos e devolvidos às empresas interessadas, caso não seja passível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência do Edital após corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Comissão Permanente de Licitação.

4.6. A apresentação do pedido de credenciamento vincula a interessada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste Projeto Básico.

4.7. Não poderá participar direta ou indiretamente deste procedimento os legalmente impedidos por força do que determina o art. 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **5. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO.**

5.1 A vigência do contrato será de (12) doze meses, podendo ser prorrogado de acordo com base na legislação vigente.

## **6. - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.**

6.1. Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta da dotação orçamentária nº 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **7. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.**

7.1 O valor estimado da contratação encontra-se estabelecido na tabela presente no Anexo II.

## **8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

8.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da liberação na nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito bancário, em conta indicada pela Credenciada no ato da assinatura do contrato.

8.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas no Edital.

8.3. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 9.2 ou da prestação dos serviços em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica o Legislativo, autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Credenciada, das penalidades previstas neste Projeto Básico.

8.4. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

9.1. A execução da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Câmara Municipal de Diamantina/MG, através de servidor, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.

10.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em conformidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à Câmara/Comissão Permanente de Licitação, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

10.2. Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

10.3. Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

10.4. Assistir à Câmara Municipal em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

10.5. Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme estabelecido.

10.6. Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

10.7. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

10.8. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Contratante ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar à Credenciada condições para a fiel execução do objeto contratado.

11.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Credenciada.

11.3. Notificar a Credenciada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada.

11.5. Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

11.6. Efetuar o pagamento à Credenciada no prazo e condições estipuladas no item 9.1 deste Projeto Básico.

11.7. A autoridade gestora da despesa habilitará, junto à Contratada, servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela Contratada.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da Credenciada, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

estabelecidas no item 13.2 deste Termo de Referência.

12.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

d) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;

e) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;

f) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese da Credenciada, injustificadamente, deixar de veicular alguma das sessões ordinárias, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pelo Legislativo ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Credenciante, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

12.4. A inexecução total da contratação importará na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

12.5. A execução dos serviços fora das características originais também ocasionará a incidência da multa prevista no item 13.2, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá a não execução do serviço.

12.6. As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.7. As penalidades previstas neste Projeto Básico poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Contratante, se entender a justificativa apresentada pela Credenciada, como relevante.

## 13. DO DESCREDENCIAMENTO

13.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas neste Termo de Referência, ensejará, dependendo da gravidade ou dano acarretado, à contratante, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, à sua imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), sem prejuízo de aplicação das demais sanções administrativas e civis previstas neste Projeto Básico e na legislação aplicável ao caso.

## 14. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A rescisão da contratação poderá ocorrer sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA**

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

**CRENCIAMENTO nº 001/2021**  
**PROCESSO nº 017/2021**

## **ANEXO II - DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DO VALOR DAS INSERÇÕES**

O Orçamento total estimado para o credenciamento de empresas, emissoras de rádio para a transmissão das sessões ordinárias e veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal é de R\$ 110.670,00 (cento e dez mil seiscentos e setenta Reais), sendo R\$ 553,35 (quinhentos e cinquenta e três Reais e trinta e cinco Centavos) por transmissão a serem negociados pela Câmara de Diamantina, com todas as empresas credenciadas.

- A Contratante se reserva o direito de, a seu exclusivo juízo, utilizar ou não a totalidade da verba prevista para a execução dos serviços.

**OBS: O VALOR ESTIMADO TOTAL É DE 40 (QUARENTA) TRANSMISSÕES (REUNIÕES E A VEICULAÇÕES INSTITUCIONAIS.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

**CRENCIAMENTO nº001/2021  
PROCESSO nº 017/2021**

## **ANEXO III - PEDIDO DE CRENCIAMENTO**

À Câmara Municipal de Diamantina  
Comissão Permanente de Licitação

### **PEDIDO DE CRENCIAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social e de fantasia, se houver), CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede em \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_

Responsável pela emissora \_\_\_\_\_, após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresenta o pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no citado ato convocatório e seus anexos, com os quais concorda plenamente, declarando possuir estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução dos serviços ora propostos.

Informa que o pedido ora formulado abrange os serviços discriminados no Edital convocatório.

Compromete-se a fornecer à Contratante quaisquer informações ou documentos eventualmente solicitados e informar toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

Declara estar ciente de que, a qualquer momento, a CONTRATANTE poderá cancelar o credenciamento, sem qualquer direito à indenização e que não há obrigatoriedade de contratação.

Declara estar ciente de que a contratação dos serviços constantes do Edital não gera qualquer tipo de vínculo empregatício dos profissionais desta empresa com a Câmara de Diamantina, razão pela qual, assume todas as despesas de natureza previdenciária e trabalhista ou de eventuais demandas trabalhistas relativas aos profissionais selecionados para atendimento ao presente credenciamento, inclusive com relação aos demais encargos incidentes sobre a prestação do serviço.

Diamantina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação e assinatura do representante legal da Empresa)  
(CPF da pessoa física ou Razão Social e CNPJ/MF da Empresa)



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

**CRENCIAMENTO nº 001/2021**  
**PROCESSO nº 017/2021**

## **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO**

A signatária, para fins de participação no Credenciamento nº 001/2021, realizado pelo Legislativo, através da Comissão Permanente de Licitação, declara, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes que impossibilitem a sua habilitação no credenciamento, satisfeitas as exigências contidas no art. 27 da Lei 8.666/93.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firma a presente.

Diamantina, ..... de..... de 2021.

---

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)

OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## CRENCIAMENTO nº 001/2021 PROCESSO nº 017/2021

### ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, participante do Credenciamento nº 001/2021, realizado pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Diamantina, Processo nº 017/2021, manterá, durante a vigência contratual, instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto do Credenciamento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

**CRENCIAMENTO nº 001/2021**  
**PROCESSO nº 017/2021**

## **ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrita no CNPJ nº .....,  
por intermédio de seu representante legal, Sr(a) .....,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....,  
DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da  
República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; não  
emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz e, não emprega menor de quatorze  
anos em qualquer condição.

Declara, ainda, empregar menores, com idade entre quatorze a dezesseis anos na condição de  
aprendiz.

Diamantina, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de

2021. (Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

**(Observação: somente inserir o segundo parágrafo se o mesmo corresponder à realidade da  
credenciada)**

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## CRENCIAMENTO nº 001/2021 PROCESSO nº 017/2021

### ANEXO VII - TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A empresa abaixo identificada, participante do Credenciamento nº 001/2021, realizado pela Câmara de Diamantina, Processo nº 017/2021, vem, através de seu(s) representante(s), perante a Comissão Permanente de Licitação, declarar, na forma e sob pena da Lei Federal nº 8.666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão que julgou os documentos de Credenciamento, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE ao direito de recurso e ao prazo respectivo, concordando, em consequência, com o curso do procedimento de contratação.

Diamantina, \_\_de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## CREENCIAMENTO nº 001/2021 PROCESSO nº 017/2021

### ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA-MG inscrita no CNPJ sob o nº 20209557/0001-44 com sede na Praça JK, 27, Centro, Diamantina/MG, neste instrumento representado pelo senhor Presidente, \_\_\_\_\_ brasileiro, casado, portador do CPF nº ----- e da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, Diamantina/MG, doravante denominado CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21/06/93 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, em especial a Lei Federal 10.520/02, e a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, e a empresa -----, com sede na Rua -----, nº --- - cidade de ---- estado de ---- inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº ----, neste ato designada CONTRATADA, por seu representante, ----- ajustam e celebram o presente CONTRATO, sujeitando-se à lei 8.666/93, ao edital de licitação Pregão Presencial nº 02/2021, e seus anexos, a proposta comercial da CONTRATADA, bem como demais legislações pertinentes e mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresas, sem caráter de exclusividade, de emissoras de rádio FM que tenha abrangência em toda a área urbana e rural do município de Diamantina, para transmissão das sessões ordinárias e veiculação de propaganda institucional da Câmara Municipal de Diamantina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A publicidade institucional deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia elaborado pela Câmara.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1– Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Câmara Municipal.

3.2- As inserções da publicidade institucional serão distribuídas em número igualitário entre as emissoras de rádio, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Câmara Municipal.

3.2.1 – O conteúdo da publicidade institucional será fornecida pela Câmara de Diamantina.

#### CLÁUSULA QUARTA DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

4.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Edital de Credenciamento nº 001/2021 e seus anexos.
- b) O Pedido de Credenciamento da Contratada.

## **CLÁUSULA QUINTA DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ \_\_\_\_\_, para a prestação dos serviços, objeto deste contrato, de acordo com a demanda da CONTRATADA, observados os valores unitários e totais contratados a cada transmissão e pedido de inserção.

5.2. Os valores referidos no item 5.1 são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos nos mesmos todas as demais despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das dotação orçamentária nº 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.

5.4. O Legislativo pagará mensalmente, à Contratada, somente o valor correspondente aos serviços autorizados dentro de cada mês.

5.4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (DEZ) dias corridos, após liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da CONTRATADA:

5.5. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas no Edital.

5.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 5.5 ou da prestação dos serviços estarem em desacordo com as especificações e demais exigências previstas neste Contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à CONTRATADA, das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

5.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.8. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejam o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

5.10. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal/fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.11. A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Contrato.

5.12. Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de quaisquer naturezas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

5.13. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreção, serão devolvidos, e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da fatura/ nota fiscal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

## **CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

6.1. A vigência desde contrato será de doze meses e iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com legislação vigente.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

7.2. Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

7.3. Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

7.4. Assistir à CONTRATANTE em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

7.5. Executar o objeto deste Contrato dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

7.6. Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

7.7. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

7.8. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

## **CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Proporcionar à CONTRATADA condições para a fiel execução do objeto contratado.

8.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.5. Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

8.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estipuladas no item 5.4 deste Contrato.

## **CLÁUSULA NONA DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1. Este contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão e, especialmente nos casos omissos, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

alterações posteriores, e pelos preceitos do Direito Público.

9.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de Direito Público, ser rescindido pela CONTRATANTE, a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, não cabendo à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

### **9.3. Das condições de execução:**

9.3.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

9.3.2. A CONTRATANTE poderá suspender, quando julgar conveniente, a execução total ou parcial dos serviços, comunicando previamente à CONTRATADA, num prazo não inferior a 03 (três) dias úteis.

9.3.3. A CONTRATADA deverá indicar, no ato da assinatura deste contrato e sempre que ocorrer alteração, um representante com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao objeto deste contrato.

9.3.4. O representante deverá possuir o conhecimento e a capacidade necessários para responder pela CONTRATADA, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com o objeto contratual.

9.3.5. Para fins de comunicação com o seu representante a CONTRATADA informará à CONTRATANTE número de telefone ou outro meio de contato igualmente eficaz.

### **9.4. Da alteração do Contrato:**

9.4.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, apresentadas as devidas justificativas.

### **9.5. Da inexecução e rescisão do Contrato:**

9.5.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) por acordo entre as partes, reduzido a termo;

c) na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.5.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.5.3. Ocorrendo a rescisão deste contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE responderá pelo preço dos serviços estipulados na Cláusula Quinta deste contrato, devido em face dos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

9.5.4. Além das hipóteses anteriores, poderá a CONTRATANTE rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, recuperação judicial, dissolução, insolvência da CONTRATADA e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

### **CLAUSULA DÉCIMA DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da CONTRATADA, além das sanções



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas no item 10.2 deste contrato.

10.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

- a) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, deixar de transmitir alguma sessão ordinária, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela CONTRATANTE ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

10.4. A inexecução total do contrato importará na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

10.5. A execução dos serviços em desacordo com as especificações previstas neste contrato também ocasionará a incidência da multa prevista no item 10.2, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá à inexecução do serviço.

10.6. As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.7. O pagamento das multas aplicadas não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força do contrato.

10.8. As penalidades previstas no contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Câmara, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRAS COMUNICAÇÕES**

11.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

12.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Câmara Municipal de Diamantina/MG, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.2. Ao fiscalizador da CONTRATANTE é assegurado o direito de realizar visitas de avaliações nas instalações da CONTRATADA e checar a eficiência dos serviços prestados pelos credenciados com a finalidade de acompanhar a fiel execução deste contrato

12.3. O acompanhamento e a fiscalização de que trata o item 12.1 não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

12.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de recusar os serviços executados que não atenderem às



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

especificações estabelecidas.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de Direito Público, na forma do disposto nos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

13.3. Este contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, em operações financeiras ou como caução/ garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

13.4. A CONTRATANTE reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

13.5. A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

13.6. A CONTRATANTE, conquanto caiba à CONTRATADA supervisionar os serviços levados a efeito por seus funcionários, exercerá constantemente acompanhamento da prestação dos serviços, feito este que não exime ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento das suas obrigações.

13.7. A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.8. Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor, todas as cláusulas deste Contrato e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

13.9. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

13.10. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

13.11. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste contrato e mesmo após o seu término.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Praça JK, 27 2º Andar – Centro – CEP 39100-000 - Diamantina/MG  
CNPJ: 20209557/0001-44/Tel: (0\*\*38) 3531 – 1228 / Tel: (0\*\*38) 3531-3910/2232

13.12. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste contrato serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação vigente.

13.13. A inobservância dos prazos estipulados neste contrato ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantina/MG, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente contrato que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento das partes contratantes.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para todos os efeitos legais e de direito.

Câmara Municipal de Diamantina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

CONTRATADA

CONTRATANTE

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ CPF

2 \_\_\_\_\_ CPF